

Comunidades e a Sociedade Civil Pedem Ação Para Prevenir Mais Desastres de Rejeitos de Mineração Por Ocasão do Primeiro Aniversário do Derramamento Fatal no Brasil

Washington, DC, 23 Jan – Comunidades e grupos da sociedade civil marcam o primeiro aniversário do pior desastre de rejeitos de minas destacando as perigosas práticas da indústria de mineração e pedindo fiscalização mais estrita.

No dia 25 de janeiro de 2019, a barragem de rejeitos de ferro do Córrego do Feijão no Brasil desmoronou, matando 270 pessoas, destruindo a comunidade de Brumadinho e inundando a bacia do Rio Paraopeba com 12 milhões de metros cúbicos de resíduos de mineração. A mina pertence ao grupo Vale, a terceira maior empresa de mineração do mundo, membro da associação da indústria de mineração - o Conselho Internacional de Mineração e Metais (CIMM).

Lamentavelmente, esse não foi um evento isolado. O [Banco de Dados de Falhas Mundiais de Barragens de Rejeitos](#) documenta o número cada vez maior e o grau de severidade de desastres causados por falhas de barragens de rejeitos desde 1915. Brumadinho foi o terceiro maior desmoronamento desde 2014, incluindo a falha catastrófica de Samarco, também de propriedade da Vale.

Maria Teresa Corujo, uma ambientalista em Minas Gerais, membro da campanha #JaneiroMarrom, disse “Nós, em Minas Gerais, no território chamado de Quadrilátero Ferrífero-Aquífero, onde existem centenas de barragens de rejeitos, estamos encarando essas ‘bombas-relógio’ que não estão sendo apropriadamente tratadas por aqueles que tem o poder e a responsabilidade de fazê-lo. As ‘soluções’ que nos apresentaram são inaceitáveis, como treinar milhares de pessoas para se ‘autossalvarem’ enquanto as empresas de mineração continuam operando barragens de rejeitos perigosas e expandindo suas operações.”

[Sete executivos da Vale e seis auditores de segurança foram acusados de encobrir os relatórios que informavam que a estrutura de Brumadinho não era segura.](#) Esta semana, promotores brasileiros abriram os primeiros [processos de homicídio](#) contra o ex-presidente executivo da Vale e 15 outros funcionários e auditores da empresa.

“No Brasil, a sociedade continua esperando uma resposta apropriada por parte dos órgãos reguladores e do Congresso para garantir a responsabilização das empresas mineradoras. Movimentos sociais exigem que o governo solucione as brechas jurídicas, tais como a falta de garantias financeiras para compensação e reparação, e a possibilidade das companhias de mineração escolherem suas firmas de auditoria”, disse **Bruno Milanez, Professor Associado da Universidade Federal de Juiz de Fora, e membro do Comitê Nacional em Defesa de Territórios Frente à Mineração no Brasil.**

A Indústria e o governo falharam por não terem tomado medidas significativas para impedir as tragédias de rupturas de barragens de rejeitos. Em abril de 2019, investidores que controlam 10 trilhões de dólares exigiram que as empresas de mineração mundiais revelassem o risco de falha de suas barragens de rejeitos –essa é a primeira vez que investidores exigem uma prestação de contas desse porte por parte do setor de mineração. A intervenção dos investidores levou à criação da [Global Tailings Review](#) (Avaliação Mundial de Rejeitos), convocada pelo Programa das Nações Unidas Para o Meio Ambiente (PNUMA), Princípios de Investimentos Responsáveis (PIR) e pela CIMM. Diversas organizações da sociedade civil têm criticado as limitações do seu alcance e as recomendações apresentadas no rascunho de padrões.

“O que nós aprendemos com Mount Polley, Brumadinho e com os numerosos desastres de barragens de rejeitos antes destes foi que meros ajustamentos nas margens não vão impedir catástrofes futuras”, **disse Payal Sampat, Diretor do Programa de Mineração da Earthworks.**

“A segurança tem que ser a primeira prioridade das operações de mineração no mundo inteiro, e a regulamentação de maior segurança na extração não pode ser redigida nem auto-monitorada pelas empresas mineradoras.”

“Se aprendemos alguma coisa com essa tragédia foi que tem que haver padrões técnicos rigorosos, impostos por um órgão mundial independente. A **Global Tailings Review** tem que liderar a fundação de um órgão dessa natureza, e exigir a prestação de contas, no caso de desastres, por parte dos altos escalões empresariais, como também proteger delatores, implementar a fiscalização independente e impor práticas mais seguras, tais como a armazenagem a seco de rejeitos de mineração e a proibição de barragens à montante,” **declarou Jamie Kneen, da “Mining Watch” do Canadá.**

---FIM---

A Earthworks dedica-se a proteger comunidades e o meio ambiente contra os impactos adversos do desenvolvimento de minas e energia, enquanto busca soluções sustentáveis.